

Evasão no Senado impede aprovação de empréstimos

O GLOBO

32

BRASÍLIA (O GLOBO) — A evasão de senadores para seus Estados impediu que o Senado repetisse ontem sua atuação de quarta-feira e, por falta de número, não foi aprovado nenhum empréstimo para governos estaduais e municipais. Existem agora apenas duas oportunidades para votação: de 14 a 17 e de 28 a 30 de setembro, quando estão marcados novos períodos de esforços concentrados das bancadas do PDS e PMDB.

O vice-líder do PDS no Senado, José Lins, disse que não pode garantir a presença de parlamentares nestas duas ocasiões, mas acrescentou que "existe a intenção do partido de fazer um esforço para aprovar novos empréstimos". Ele explicou a falta de quorum na sessão de ontem:

— Esta não era uma semana de esforço concentrado. Apenas aproveitou-se a presença da bancada, que veio votar o projeto da cédula na terça-feira.

O líder em exercício do PMDB, Henrique Santillo, afirmou que ele estará presente, mas não pode garantir o comparecimento de sua bancada nos próximos dois períodos de esforço concentrado.

Santillo informou ontem que o prefeito de Unai, Minas Gerais, embora há seis meses tenha conseguido a aprovação de um empréstimo pelo Senado, ainda não pôde realizar as obras de construção de casas populares. Segundo ele, já foi inclusive assinado o convênio com o agente financeiro, mas o BNH, em Belo Horizonte, "pressionado pelo PDS mineiro", não libera a ordem de serviço para que a empresa construtora inicie as obras.

O Senado tentou ontem por duas vezes votar a pauta dos empréstimos. Em sessão extraordinária, pela manhã, embora o presidente, Passos Porto, tivesse anunciado o comparecimento à casa de 42 senadores, somente 22 estavam no plenário, quando o quorum mínimo exigido é de 34. À tarde, quando a ordem do dia foi anunciada, somente oito senadores estavam em plenário, o que não permitiu sequer que a sessão continuasse.

DOCUMENTOS DEVOLVIDOS

O presidente do Congresso, Jarbas Pasarinho, por não aceitar "ofensas de quem quer que seja", devolveu ontem, pelo correio, a prefeitos gaúchos, dois documentos que eles lhe remeteram, onde classificam o Senado de "inoperante", "impatriótico" e "insensível", por não ter liberado empréstimos para o Rio Grande do Sul.

Em sessão noturna da última terça-feira, o senador comunicou o fato ao plenário e ontem ele mandou distribuir cópias dos documentos a todos os senadores. Os empréstimos pelos quais reclamavam os prefeitos foram aprovados pelo Senado anteontem.

O primeiro documento — um telex — foi remetido ao Senado em abril passado. Nele, os prefeitos gaúchos protestam contra a "inoperância e a insensibilidade" dos senadores. Afirmam ainda que, não votando os empréstimos, os parlamentares se expunham a "um confronto" com os prefeitos, que estavam dispostos a denunciar publicamente os nomes daqueles que "recebem jotons sem trabalhar".

O outro documento é um ofício da Associação dos Municípios do Alto Uruguai (AMAU), assinado pelo seu presidente, Elói João Zanella, e data do último dia 23 de agosto. Os prefeitos filiados ao órgão classificam o Senado de "impatriótico" por não aprovar empréstimo de US\$ 110 milhões para o governo do Rio Grande do Sul.

Acusam os senadores de obstruir o desenvolvimento da região. Acrescentam que o Alto Uruguai "clama contra a teimosia" dos senadores. Classificam também o Senado de "supérfluo" e conclamam os senadores gaúchos a "cumprir com o seu dever".

Os prefeitos comunicam que o documento estava sendo levado à população, para que, em 15 de novembro, "avalie até onde se estende a parti cipação e o patriotismo dos senadores da República".